

Cartografias conceituais sobre políticas culturais contemporâneas
Cartografias conceptuales de las políticas culturales contemporâneas
Conceptual cartography of contemporary cultural policies

Deborah Rebello Lima*

Palavras chave:

Políticas culturais contemporâneas
Desafios de gestão
Novo lugar da cultura

Resumo

O campo das políticas culturais é um ambiente de estudo e definições variadas. O presente artigo é parte de um processo de pesquisa que busca analisar a gestão contemporânea realizada pelo Ministério da Cultura do Brasil. O interesse neste trabalho é o de tentar delinear algumas variáveis percebidas nas ações governamentais colocadas em prática nos últimos anos.

Palabras clave:

Política cultural contemporânea
Desafios para la administración
Nuevo lugar de la cultura

Resumen

El campo de la política cultural es un ambiente de aprendizaje y variadas definiciones. Este artículo es parte de un proceso de investigación que busca analizar la gestión contemporânea realizada por el Ministerio de Cultura de Brasil. El interés en este trabajo es tratar de esbozar algunas variables sobre las acciones del gobierno percibe puesto en marcha en los últimos años.

Key words:

Contemporary Cultural Policies
Culture tenure challenges
New role of culture

Abstract

The Cultural policy field is an area of various studies and definitions. This article is part of a research project that aims to analyze the Brazilian's Ministry of Cultural Affairs contemporary tenure. The objective of the work is to try to define noticed variables in the government's actions that were put into practice over the last couple of years.

* Bolsista de pesquisa do Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa (Ministério da Cultura) e mestranda no Programa de História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV

Cartografias conceituais sobre políticas culturais contemporâneas

A investigação sobre novas abordagens no campo das políticas públicas de cultura é um olhar sobre o presente e as rápidas dinâmicas que são construídas diariamente. Este trabalho de análise e mapeamento constitui-se como um campo interdisciplinar que possui contribuições espalhadas nas mais diversas matrizes. Existem, hoje, estudos que se detêm ao viés estético, ao social, ao econômico, ao desenvolvimentista, entre outros aspectos das ações desempenhadas no ambiente das ações culturais.

O presente texto é um primeiro passo neste mergulho conceitual sobre novas dinâmicas. Como parte do processo de pesquisa, que se atêm ao trabalho desempenhado pelo Ministério da Cultura do Brasil nos últimos oito anos, e, mais especificamente, por uma das ações mais importantes da pasta, o Programa Cultura Viva; este é um exercício embrionário para elencar vetores que possam ser percebidos como influenciadores na construção de uma nova concepção de política cultural na contemporaneidade. Uma espécie de mapeamento de temáticas presentes nas ações desempenhadas pelo governo federal nos últimos anos. Esforço que visa contribuir para a construção de questões teóricas e conceituais que possibilitem uma melhor análise de objetos presentes no mundo contemporâneo. Afinal, como define Lia Calabre (2005, p.19):

Ocorre hoje, em nível mundial, um processo de valorização cada vez maior do papel da cultura na sociedade em um mundo globalizado. Os

processos culturais vêm sendo considerados importantes, seja como fontes de geração de renda e emprego, seja como elementos fundamentais na configuração do campo da diversidade cultural e da identidade nacional. Os diálogos no campo das políticas culturais devem ocorrer nas mais diversas direções, entre os tempos e espaços geográficos.

A proposta, portanto, é fazer um esforço de entendimento sobre mudanças que estão tão próximas de nosso cotidiano, mas que já apontam para outro tipo de abordagem e importância da pasta cultural para o governo brasileiro. Não se anseia trazer respostas categóricas, mas apontamentos que possibilitem aos pesquisadores do campo um maior debate sobre temáticas presentes nas políticas públicas e ações governamentais executadas nesta área.

CULTURA, CIDADANIA E POLÍTICA: O LUGAR DAS POLÍTICAS CULTURAIS

A tríade apresentada no título desta seção - cultura, cidadania e política - representa a reunião de três conceitos muito presentes nas mais diversas reflexões. Afinal, não existe nada mais contemporâneo do que refletir e analisar a transversalidade da cultura e seu potencial de influência na política ou no exercício da cidadania.

Entende-se que é a partir da reunião destes conceitos que outros tantos são discutidos e colocados em prática, pois outras percepções (como desenvolvimento, diversidade cultural, entre outros) interagem com este ambiente. Portanto, é interessante analisar o percurso que proporcionou esta centralidade da cultura no discurso global. Neste sentido, Stuart Hall (1997, p. 02) expõe:

Em certo sentido, a cultura sempre foi importante. As ciências humanas e sociais há muito reconhecem isso. Nas humanidades, o estudo das linguagens, a literatura, as artes, as idéias filosóficas, os sistemas de crença morais e religiosos, constituíram o conteúdo fundamental, embora a idéia de que tudo isso compusesse um conjunto diferenciado de significados, uma cultura, não foi uma idéia tão comum como poderíamos supor. Nas ciências sociais, em particular na sociologia, o que se considera diferenciador da “ação social”, como um comportamento que é distinto daquele que é parte da programação genética, biológica ou instintiva, é que ela requer e é relevante para o significado. Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação.

Para além de uma concepção ampla de cultura, entendida como ambiente de significação e ação social de maneira geral. Acredita-se que o cenário em que se encontram as políticas culturais contemporâneas diz respeito a uma lenta transformação da agenda pública existente.

Especificamente com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), observou-se que o discurso de desenvolvimento proferido pelas nações estava cada vez mais ligado ao viés cultural dos países. Esta ligação entre cultura e desenvolvimento foi realizada também em outros ambientes. Considera-se que a inserção da temática na agenda pública (uma associação entre cultura e desenvolvimento) foi observada no relatório divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 1990. Este documento lança o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que veio substituir o tão utilizado, Produto Nacional Bruto por habitante (PND/hab). Esta nova forma de avaliação, muito mais do que uma simples mudança de variável de análise, pode ser considerada como um reflexo prático desta maior consideração da cultura, e mais fortemente, de sua relação com o conceito de desenvolvimento.

Esta ação pode ser vista como uma aproximação da política, da avaliação máxima de um Programa Internacional e a sua preocupação com a esfera individual, em uma necessidade de se estudar e vislumbrar os particularismos. Pode ser entendida como o reflexo, em uma instituição internacional importante, de todo um processo de discussão e de uma nova forma de olhar para a realidade.

Logicamente, não se pretende simplificar este fenômeno dando apenas ao fator cultural o papel de propulsor central de toda uma transformação. Contudo, não se pode deixar de lado a importância do fator cultural como uma variável que contribuiu para esta nova construção. É o que Marta Porto (2006, p. 03) reflete:

Atingir uma maior equidade no nível mundial, com o objetivo de atenuar e prevenir os danos causados ao meio

ambiente e de reduzir a pobreza é uma tarefa complexa que não pode mais permitir que a cultura e as políticas culturais permaneçam num papel secundário - muitas vezes terciário - de promover a integração do indivíduo à sua coletividade e lhe conferir papel de protagonista na rede intrincada do desenvolvimento sócio-econômico.

É uma revisão do conceito de desenvolvimento entendido até aquele momento. Em diálogo com a idéia de diversidade cultural, surge a necessidade de se pensar a perspectiva do desenvolvimento pela esfera local. Desafia-se a imposição de padrões globais para realidades tão discrepantes e passa-se a refletir sobre a interação entre o local e o global.

Neste sentido, segundo Alfons Martinelli (2003, p. 28), as políticas públicas e o processo de agendamento das mesmas devem “reconhecer e estimular a dupla dimensão da cultura para o desenvolvimento: a tangível, que se refere aos aspectos quantitativos e materiais, e a intangível, que se compõe de valores, comportamentos, direitos e tendências”. O que Mariella Pitombo (2007, p. 09) entende por outro viés:

Os organismos intergovernamentais de fomento ao desenvolvimento, incluindo-se mais especificamente o PNUD, o Banco Mundial, a CEPAL, o BID, ao procederem a uma revisão sobre suas complexas tarefas, acabaram por elevar o papel da cultura a uma categoria de assunto estratégico na agenda internacional, pois passaram a postular que os esforços empreendidos até então a favor do desenvolvimento não haviam obtido êxito “porque a importância do fator humano – a teia complexa de relações crenças, valores e motivações existentes no centro de toda cultura – fora

subestimada em muitos projetos de desenvolvimento” (Cuéllar, 1997, p.9). Imbuídas na tarefa de reverter tal situação, as instituições multilaterais atuaram, inevitavelmente, como agentes de grande peso na redefinição dos conceitos de cultura e de desenvolvimento e de sua imediata correlação, à maneira quase de uma metafísica.

A cultura passou a ser vista como componente importante em discussões estratégicas para os países, seja na construção de índices de desenvolvimento local, ou na maior busca pela valorização de manifestações e práticas específicas de certos grupos. Portanto, os elementos aqui apresentados anseiam ilustrar em que medida o tema vem sendo inserido na agenda pública dos organismos internacionais e nas ações governamentais. Fator que tende a influenciar a construção de ações que acreditem no “exercício cultural” como um meio de inserção cidadã na prática social.

O que nos coloca diante de indagações sobre quais consequências e sob quais condições esta nova forma de inserção da cultura na agenda influencia o jogo político. Tanto na possível transformação da cultura política dos grupos envolvidos, quanto em uma nova abordagem de ação governamental (a elaboração de políticas públicas) com outros objetivos.

O BERÇO DESTE PENSAMENTO: A VALORIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE CULTURAL

Ainda em um esforço de levantar “bandeiras” que possam ser percebidas nas ações governamentais propostas nos últimos anos, entende-se que é primordial a compreensão do conceito de diversidade cultural, suas faces e influências no campo das políticas culturais con-

temporâneas. Afinal, entender a influência do conceito de diversidade cultural na dinâmica social brasileira é olhar para discussões a respeito da própria matriz social de seu povo. Conforme define Agostinho Silva citado por Gilberto Gil (SILVA *apud* GIL, 2003, p. 5) “O Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo”. Ilustra-se, portanto, a tendência hibridista, aglutinadora e ressignificadora da diversidade cultural brasileira. “Como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos.” (IDEM).

A percepção do conceito de diversidade cultural é própria da raiz brasileira, assim como de seus irmãos latino-americanos. Nossa miscelânea de povos e culturas somada ao perfil “aconchegante” do povo brasileiro proporcionou uma alta capacidade de abertura e aceitação do que de mais diferente possa existir. Sob a ótica de Canclini (2001), o Brasil é o berço de um mosaico intercultural de trocas e influências. Segundo Alvarez (s/d, p. 02):

Hoje é perfeitamente visível o diversificado mosaico cultural que, nos últimos quinhentos anos, formou-se nas Américas, resultante da grande variedade de experiências e de realizações humanas produzidas por esses povos. Baseia-se na sua história, nas suas tradições e seus idiomas, na sua criatividade e singularidade envolvendo por igual o que se costuma designar como cultura erudita e cultura popular.

Houve o período em que se levantou a concepção de que era preciso que o Brasil chegasse a sua maturação e fosse capaz de “definir” sua identidade nacional, era necessário que os indivíduos abrissem mão de suas características únicas em função dos elementos que os

uniam como um grupo social. Isto determinaria nosso potencial de desenvolvimento como nação/país e possibilitaria o ingresso no seletivo grupo dos países desenvolvidos. Neste sentido, vários podem ser os momentos que apontam para esta busca de uma identidade específica, mas que ao mesmo tempo sintetiza-se com outras influências existentes. No entanto, talvez o preceito de diversidade cultural já estivesse nos índios que praticavam a antropofagia em tempos primórdios. Pois, tal ritual, acima de tudo, demonstrava o respeito destes com o indivíduo que servia de refeição a todos da tribo. Era preciso absorver estas novas energias existentes e tornar-se um melhor ser humano.

Tal concepção também pode ser percebida na abordagem irônica proporcionada pelo modernismo e sua busca pela aceitação das diferenças culturais existentes. Como ressalta Rubim (2007, p. 103):

(...) pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais.

É este o cerne da questão da diversidade cultural: a percepção de outros fazeres. Afinal, não é a diversidade um todo plural? Neste ponto é que se concentram os conceitos, é neste nó que se acredita estarem amarradas estas visões que possuem propósitos distintos, mas no fundo, a meu ver, tentam dar conta do mesmo fenômeno; tentam nomear e refletir sobre esta forma diversa de interação. A luta agora passa a ser baseada nas “afinidades sociais” dos indivíduos, em como um se reconhece no outro.

O conceito de Diversidade Cultural, no contexto atual, possui duas linhas inseparáveis, que é motivo de discussão global, pois estão refletidas nos documentos internacionais. A primeira refere-se ao contexto da diversidade dentro de uma sociedade específica, em que seus indivíduos possuem características culturais heterogêneas que, em conjunto, constroem uma identidade nacional, cuja preocupação é a manutenção dos seus direitos, da democracia cultural, da busca da igualdade das minorias. A segunda está inserida no contexto mundial das trocas dos bens e serviços culturais e busca um intercâmbio equilibrado entre os países. Ambas precisam ser garantidas, pois sem a manutenção da identidade cultural de um povo, feita principalmente através de suas políticas públicas, suas expressões culturais não conseguirão ser produzidas, o que empobreceria o diverso mundo das trocas, das experiências, dos locais, dos indivíduos. Deste modo, a importância de uma Convenção que defina o seu conceito e o regulamente é de grande relevância para a sua preservação e perpetuação. (SERFERT, s/d, p.3)

Desta forma, percebe-se que o conceito de diversidade cultural foi ganhando corações e mentes à medida

que a cultura passou a ser encarada como temática relevante pelas esferas econômica e política. O debate internacional sobre a temática passou por todo um processo de maturação e teve seu ápice na aprovação da Conferência para a Promoção da Diversidade Cultural aprovada no foro da UNESCO em 2005. Conforme definiu Giuliana Kuark (2005, p. 01):

Um princípio básico deste enfoque sobre a diversidade é o respeito a todas as culturas, a incorporação das minorias nacionais, cujo desejo é de seguir sendo sociedades distintas em relação à cultura majoritária e dos grupos étnicos, que buscam por reconhecimento de sua identidade étnica, com instituições e leis mais permeáveis às diferenças culturais.

Numa acepção contemporânea, a diversidade cultural torna-se um mecanismo para manter a distinção das culturas nacionais diante do que é concebido como tendências gerais de homogeneização cultural da globalização. Este conceito, então, não reitera um regime de manutenção das diferenças a todo custo, mas possibilita a transformação produzida por misturas entre as culturas. Cabe indicar que a diversidade aqui tratada tanto se refere às relações entre os Estados, como também dentro deles. Desse modo, a diversidade articula-se com as ideias de democracia cultural e das novas formas de cidadania.

Entende-se, portanto, que o conceito de diversidade cultural cumpre uma dupla função. Afinal, ao mesmo tempo em que é fator aglutinador e garantidor de coesão social pela sensação de unidade proporcionada pela diferença, consegue acalmar e gerar a sensação de reconhecimento de idiosincrasias em populações extremamente heterogêneas.

Esta iniciativa, se por um lado é extremamente inovadora e dialoga com bandeiras levantadas pela UNESCO há pelo menos duas décadas, pode ocasionar problemas seríssimos de gestão da política. Afinal, no momento em que o Estado lida com atores tão distintos muitas contradições aparecem, desde perfil de atuação, até nível de institucionalização dos proponentes. Para se ter dimensão deste caleidoscópio cultural, o caso do Programa Cultura Viva ilustra um pouco as dificuldades de se trabalhar com atores tão distintos. Existem Pontos de Cultura sediados em comunidades indígenas, quilombolas, em regiões de baixo poder aquisitivo, com temáticas voltadas para crianças, jovens, idosos etc. Não existe um modelo pronto!

A valorização da diversidade cultural como temática relevante e como aspecto central no momento de definições de atuação pode se mostrar a força e a fraqueza, pois à medida que traz um número enorme de indivíduos e organizações das mais diversas matrizes, também pode proporcionar o surgimento de visões e interesses distintos dentro dos próprios partícipes. Portanto, o estabelecimento de ações que possuem na diversidade cultural sua base traz também tensões inerentes à forma de gerir esta diferença. O que pode levar o campo das políticas públicas de cultura para um debate que problematize o arcabouço institucional e normativo da área.

Reforça-se, da mesma forma, que o conceito de diversidade cultural não é apenas uma nomenclatura ou bandeira defendida pelo Ministério da Cultura. Como todo tema contemporâneo, o estado brasileiro ainda busca novas formas de atuação que garantam a equidade de oportunidades e a plena garantia do diferente pelas ações executadas pela pasta. Talvez, esta seja uma bandeira

que ainda está sendo gestada e impulsionada pelo governo, há ainda muito a se caminhar para que a percepção de diversidade possa ser plenamente adaptada a gestão pública.

A COMUNICAÇÃO, A CULTURA E O ATO POLÍTICO

Entender o processo que ocasionou a centralidade da cultura na agenda internacional pode ser feito por vários aspectos. Um percurso interessante é vislumbrar os pontos de contato existentes entre cultura e comunicação. Afinal, vivemos em uma estrutura social onde ambos os conceitos são variáveis relevantes para o entendimento nos novos arranjos sociais que se configuram contemporaneamente. As transformações comunicacionais influenciaram alterações na dimensão simbólica do mundo atual e vice-versa.

Em uma lógica inter-multi-hiper integrada a esfera cultural é ambiente de representação e construção identitária, local de entendimento de uma nova ambiência global acelerada e mediada. Além disto, os processos comunicativos criam textos culturais específicos, que influenciam de forma evidente os rearranjos sociais que se apresentam atualmente. As rotas da comunicação e da cultura são necessárias para entender a construção de um novo arcabouço simbólico de um ambiente social que se vê cada vez mais permeado por redes comunicacionais e fluxos informacionais.

Vive-se sob uma nova lógica de esfera pública. Para tanto, questionam-se os papéis a serem desenvolvidos pelo Estado e pelos indivíduos e grupos que compõem as sociedades. Nesse sentido, percebe-se que é importante investigar o desenvolvimento de novos modelos

levantados na área da cultura em uma sociedade midiaticizada. Conforme salienta Canclini (2001, p. 44):

(...) dizer que a cultura é uma instância simbólica na qual cada grupo organiza sua identidade é dizer muito pouco nas atuais condições de comunicação globalizada. É preciso analisar a complexidade que assumem as formas de interação e recusa, de apreço, discriminação de hostilidade em relação aos outros, nestas situações de confrontação assídua.

A comunicação e a cultura transformam-se, portanto, em campos de embate ideológicos e políticos. Afinal, a estrutura comunicacional contemporânea é um veículo propagador e formulador de modelos culturais. Os meios de contato produzidos pelos processos comunicacionais contemporâneos proporcionam novas interações entre os sujeitos e a edificação de relações distintas entre os grupos sociais. Como entende Albino Rubim (2009, p. 19):

A conexão entre políticas culturais e de comunicações parece ser outro importante desafio colocado pela atualidade. Ela guarda íntima associação com o tema da globalização do mundo, com a relevância contemporânea das comunicações e com a percepção da hegemonia da cultura midiática no mundo contemporâneo. Na situação anterior, a maioria dos países ocidentais – com exceção de alguns, como os Estados Unidos da América e o Brasil – detinha o monopólio das comunicações midiáticas, em especial televisão e rádio. Assim, como os estados nacionais eram os agentes privilegiados das políticas culturais, eles podiam conjugar suas políticas culturais e de comunicações, o que muitas vezes não ocorreu.

Agora, não só estes meios audiovisuais, como também as novas e proliferantes mídias digitalizadas surgidas na atualidade, estão, em grande medida, sob o controle privado e, em muitos casos, inundadas por fluxos culturais transnacionais. O novo desafio é inventar políticas culturais em um mundo em que as organizações culturais mais potentes são privadas e mesmo transnacionais, subordinadas, portanto, à lógica da mercadoria e do lucro.

Por conseguinte, em um cenário de conceitos tão ampliados e de entendimento de poucas fronteiras entre ambos busca-se problematizar como deve ser a postura Estatal frente a esta complexidade. Configuram-se novas demandas frente à construção de políticas culturais e comunicacionais em um ambiente diverso e acelerado como o que vivemos hoje. Segundo defende Eduardo Nivon Bolán (2006, p.23):

Como toda intervención pública contemporânea, la política cultura se caracteriza por una gran complejidad debido a la enorme cantidad de variables de las que debe dar cuenta; por lo tanto, las soluciones son siempre fruto de las decisiones tomadas al calor del diálogo entre los agentes sociales y de opciones que están muy distantes de una evidente distinción entre lo bueno y lo malo. Lejos estoy de la idea de que hay formas correctas o incorrectas de intervención en la cultura, más bien considero que hay criterios democráticos y racionales para sortear de un modo mejor el desarrollo cultural.

Para além de definições de normas e orientações ou uma tentativa de provar quais temas possuem relativa influência neste processo de novos contornos das políticas culturais contemporâneas, acredita-se que o caso brasileiro reflete uma maior abertura para novos cenários. A atuação do Ministério da Cultura Brasi-

leiro tem se transformado em referência no que tange ao diálogo com questões transnacionais e a reflexão sobre uma nova relação entre Estado e sociedade. Ainda que possíveis mudanças e novas leituras estejam em construção.

Da mesma forma, reflete-se como estes conceitos de comunicação e cultura estão presentes nos desenhos contemporâneos de política cultural. A nova agenda proposta por estas mudanças coloca as sociedades contemporâneas frente a novas demandas e novos cenários, o papel a ser desempenhado por estas políticas de comunicação e cultura possibilitam a reflexão sobre o modelo de sociabilidade que se configura.

Neste ambiente de expansão dos conceitos é imprescindível fazer uma pequena pausa e analisar a percepção de cultura que orientou o Ministério da Cultura como um todo. Afinal, por mais que o discurso proferido pelos gestores governamentais dê conta de que o interesse da gestão foi o de dar à pasta cultural um sentido “antropológico” do termo, é mais do que necessário tratar e problematizar o uso desta visão.

Segundo a concepção da UNESCO apresentada por Eduardo Nivón Bolan: “(...) em su sentido más amplio, la cultura puede considerarse actualmente com el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizam a uma sociedade o um grupo social.” (idem, p. 19). Ou seja, é preciso problematizar o que o estado brasileiro entende como cultura e, principalmente, como sentido antropológico da mesma. Pois, em última instância tudo pode ser concebido por esta visão.

Desta forma, a própria existência de um Ministério específico para a área da Cultura não teria razão de existir, pois a temática oriunda desta matéria estaria presente em todas as outras pastas minis-

teriais, em todos os afazeres do governo. Antropologicamente falando, como reforça Eduardo Nivón Bolán (ibidem): a cultura é “como el tramado de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se las reproduce y transforma constantemente”.

Vislumbrar quais são os aspectos conceituais que norteiam o entendimento sobre a cultura na esfera social são preponderantes para a reflexão sobre a atuação do Estado e as políticas públicas delineadas. Observa-se que a postura adotada pela pasta cultural no Brasil é orientada por uma tentativa de contato com outras áreas como a educação ou a comunicação. Ainda que isto não seja efetivado de forma institucionalizada, quando há divergências ideológicas, o MINC tem optado por abarcar questões que vão além de suas fronteiras, exatamente por ter em mente um conceito de cultura ampliado.

No entanto, urge que se tensione também esta ampliação desmedida do conceito e o pouco refinamento de seu uso. Pois, em última instância dá à pasta cultural a necessidade de elaborar ações e propostas que vão muito além de seu escopo inicial. Acima de tudo as políticas culturais contemporâneas devem estar atentas para dimensões distintas (nacional, local, regional e global).

Em síntese, o esboço apresentado aqui ainda demonstra a fragilidade de usos conceituais e o caráter embrionário em que se encontra a pesquisa. A proposta de entendimento de uma realidade social tão complexa necessita um esforço epistemológico muito cuidadoso. Portanto, as construções expostas ainda são passíveis de revisão e redefinição, pois o trabalho de entendimento dos mapas conceituais que compõem as políticas culturais contemporâneas é extremamente diverso para ser esgotado nesta pesquisa. Está é apenas uma construção possível!

Bibliografia:

ALVAREZ, Maria Luiz Ortis. *A Questão da diversidade cultural no processo de integração latino americana: o grande desafio do século XXI*. 2002. (Paper). Disponível em <<http://www.alasru2002.hpg.ig.com.br/Progword.doc>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

BOLÁN, Eduardo Nivón. *La política cultural. Temas, problemas y oportunidades*. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadão: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HALL, S. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. IN: THOMPSON, Kenneth (ed.). *Media and cultural regulation*. London: Thousand Oaks; New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997.

KAUARK, Giuliana. *A convenção e a globalização*. (s/d) Disponível em <http://www.cultura.gov.br/blogs/diversidade_cultural/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

MARTINELLI, Alfons. *Cultura e cidade: uma alian-*

ça para o desenvolvimento – a experiência da Espanha. IN: *Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

PITOMBO, Mariella. Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO. IN: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Uma agenda cultural para o desenvolvimento humano: o papel das agências multilaterais na formulação de políticas culturais. IN: *A integração da diversidade racial e cultural do Novo Mundo: programa e resumos*. IX CONGRESSO DE LA SOLAR. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellaumaagenda.pdf>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

PORTO, Marta. *Cultura e política em tempos de Brasil*. *Revista Sinais Sociais*, Rio de Janeiro: SESC nacional, n 01, agosto 2006.

RUBIM, Albino. *Políticas Culturais e novos desafios*. *Revista Matrizes*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, 2009.

SERFERT, Tatiane Andrade. *Diversidade Cultural*. *Definições em trânsito*. (Paper). Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DIVERSIDADEDECULTURAL.pdf>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

Contato:

Deborah Rebello Lima

Fundação Casa de Rui Barbosa - Setor de Políticas Culturais
R. São Clemente, 134 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ
CEP:22260-000
Tel: (+ 55 21) 3890-2446
deborahrebellolima@hotmail.com

Artigo recebido em Maio de 2011

Artigo aprovado em Maio de 2011

Disponível em <http://www.pragmatizes.uff.br>